

ANEXO I



**Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil  
(IPEC)  
Programa de Duração Determinada para Contribuir à Prevenção e Erradicação das  
Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil**

**1. Título do Projeto**

Combatendo as Piores Formas de Trabalho Infantil

**2. Cobertura geográfica**

Brasil

**3. Agência Executiva**

Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - INPETI

**4. Contribuição IPEC**

US\$ 42,040

**5. Contribuição Local**

US\$ 17,940

**6. Duração**

06 meses.

**7. Data da preparação**

Abril a Maio/06

**8. Data de Início**

Julho de 2006.

## INDICE

<b>1. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>03</b>
1.1. Análise do Problema.....	03
1.2. Estratégias do Programa.....	05
1.3. Sustentabilidade.....	05
<b>2. BENEFICIÁRIOS.....</b>	<b>06</b>
2.1. Beneficiários Diretos.....	06
2.2. Beneficiários Indiretos.....	06
<b>3. MARCO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>07</b>
3.1. Agência Executora.....	07
3.2. Instituições Parceiras.....	09
<b>4. OBJETIVOS.....</b>	<b>09</b>
4.1. Geral.....	09
4.2. Imediatos.....	09
<b>5. PRINCIPAIS RESULTADOS E ATIVIDADES.....</b>	<b>10</b>
<b>6. INDICADORES.....</b>	<b>11</b>
<b>7. PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>8. INSUMOS.....</b>	<b>11</b>

## 1 ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

### 1.1- Análise do Problema

Os dados disponíveis acerca da situação das crianças e adolescentes no Brasil ainda revelam um verdadeiro descompasso entre as conquistas jurídicas institucionais e a eficácia das políticas sociais implementadas para efetivar direitos e proteção integral a essa parcela da população, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelos Governos e sociedade civil nas últimas décadas. Foram grandes os avanços registrados, no entanto, o país ainda convive com situações inadmissíveis, dado o seu grau de desenvolvimento econômico e social. Dentre essas situações, destaca-se o fato de milhares de crianças permanecerem inseridas, indevida e precocemente, no universo do trabalho infantil.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo paradigma para o atendimento à criança e ao adolescente no país. Em seus artigos 227 e 228, a Constituição Federal contempla a **proteção integral** a crianças e adolescentes, além de introduzir no arcabouço legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando políticas de assistência social, previdência e saúde.

Na década de 1990, os dispositivos assegurados na Constituição Federal foram regulamentados, destaca-se nesse processo a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O ECA coroa a doutrina de proteção integral, constituindo-se na única legislação no contexto latino americano adequado aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança.

Porém, os números disponíveis na PNAD de 1992 ainda mostravam um total de 9,7 milhões de crianças, com idade entre 5 e 17 anos, inseridas no trabalho. Ainda que não fosse possível, à época, caracterizar melhor sob que condições esse trabalho era desenvolvido, a situação de pobreza das famílias dessas crianças e a falta de acesso ao sistema educacional permitiam concluir que essas crianças e adolescentes trabalhadores estavam em uma situação de risco social que precisava ser modificada. Assim, no final de 1994 foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) com o objetivo de propiciar uma instância aglutinadora e articuladora de agentes sociais institucionais, envolvidos com políticas e programas de promoção de medidas destinadas a prevenir e erradicar o trabalho infantil no Brasil.

Mais recentemente, o Governo brasileiro ratificou as Convenções nº 138 (junho/2001) e nº 182 (fevereiro/2000) da Organização Internacional do Trabalho, que estabelecem a idade mínima para ingresso no trabalho e dispõe sobre a eliminação das piores formas de trabalho infantil, respectivamente. A ratificação da Convenção nº 138 exigiu a promulgação de Emenda Constitucional (EC nº 20), alterando de 14 para 16 anos a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro.

No âmbito da implementação de políticas públicas merecem destaque iniciativas do Governo Federal, tais como: a criação, em 1996, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e a implementação do Programa Bolsa-Escola Federal, a partir de 2001.

No entanto, a despeito dos avanços registrados na década, o Brasil adentra ao novo século com cerca de 6,2 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos ocupadas em atividades econômicas. Além destas, existiam, em 2001, 280 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade trabalhando no país (PNAD 2001).

Diante do quadro de persistência de violação dos direitos de crianças e adolescentes, o Ministério do Trabalho instituiu, em setembro de 2002, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) com o objetivo de elaborar um Plano Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. A CONAETI, integrada por representações do Governo Federal, das Confederações Patronais, das Centrais Sindicais, do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), do Ministério Público do Trabalho e, também, com a participação da OIT e do UNICEF como observadores, cumpriu o seu objetivo principal e em 2003, elaborou o *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador*. O Plano destina-se a integrar todas as ações relacionadas ao trabalho infantil, envolver ainda mais os agentes públicos no seu combate, bem como organizar as ações entre os diferentes atores sociais.



As Ações do Plano Nacional passaram a ser executadas a partir de janeiro em 2004 e, desde então, a sua implantação, monitoramento e avaliação tornaram-se prioridade para o FNPETI. Uma prova disso, foi a elaboração, em novembro de 2005, do planejamento estratégico do FNPETI, que será o seu mandato para 2006/2007, realizada totalmente em consonância com o Plano Nacional. Nesse planejamento foram definidas várias metas, tais como:

- Desenvolver capacidade de acompanhar os planos, programas de ação relativos ao trabalho infantil;
- Manter o tema "trabalho infantil" na agenda política;
- Ser ágil nas intervenções políticas sobre o tema, nas 3 esferas de governo;
- Ter agenda articuladora dos atores do Fórum;
- Exigir uma política pública articulada de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
- Contribuir para a construção de estratégias de enfrentamento às questões e formas de trabalho infantil que não estão sendo atendidas;
- Fortalecer e estimular o protagonismo de crianças e adolescentes nas questões relativas ao trabalho infantil.

Para alcançar essas metas, o FNPETI buscará mecanismos para consolidar parcerias que viabilizem a concretização dessas metas ainda no biênio 2006/2007.

Durante a elaboração do Planejamento estratégico do FNPETI percebeu-se que, para a superação dos desafios listados, seria necessário intensificar a atuação do Fórum no sentido de: aprimorar e disseminar informações acerca da problemática do trabalho infantil e das boas práticas atualmente em curso no país; avaliar e monitorar as políticas públicas vigentes de combate ao trabalho infantil; e sensibilizar operadores de direito e outros atores sociais para melhor aplicação da legislação vigente.

No campo do aprimoramento e disseminação de informações percebe-se que atualmente, apesar da boa qualidade e da grande quantidade de informações geradas, não há divulgação sistemática, organizada e centralizada de estudos, dados e pesquisas acerca do trabalho infantil.

Problema semelhante pode ser observado na disseminação de informações acerca de boas práticas de combate ao trabalho infantil desenvolvidas em todo o território nacional. Isso dificulta que casos de sucesso sirvam como referência e possam ser reproduzidas e adaptadas a outros contextos geo-sócio-econômicos.

No que se refere à avaliação e monitoramento das políticas públicas em execução no país, destaca-se a necessidade de acompanhar com atenção o processo de integração entre o PETI e o Programa Bolsa Família, uma vez que se há inúmeras indefinições acerca do impacto da integração desses programas no combate ao trabalho infantil.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o PETI tem como meta para 2006 o atendimento de cerca de 1 milhão de crianças na faixa etária entre 7 e 16 anos que se encontram em situação de trabalho.

O Bolsa Família, por sua vez, é o resultado da integração de diversos programas de transferência direta de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. O programa atingiu, em dezembro de 2005, 8,7 milhões de famílias atendidas em 100% dos Municípios brasileiros. O montante de recursos despendidos pelo Programa em 2005 alcançou expressivos R\$ 6,6 bilhões.

Espera-se que a integração entre o PETI e o Bolsa Família seja de grande impacto no enfrentamento ao trabalho infantil. Para o Governo, essa integração permitirá universalizar as atividades socioeducativas e de convivência – a chamada Jornada Ampliada – a todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce assim como melhorar a gestão dos recursos, proporcionar maior agilidade ao processo de transferência de renda às famílias e evitar possíveis sobreposições de pagamentos. No entanto, o processo de integração é extremamente complexo pois envolve os três níveis de governo e adequações nos cadastros e nas formas de pagamento dos benefícios.

Por fim, ressalta-se a importância de sensibilizar operadores de direito e outros atores sociais para melhor aplicação da legislação vigente. A legislação brasileira acerca do tema é reconhecida internacionalmente por defender de forma vigorosa os direitos das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, o problema da manutenção dos altos níveis de



trabalho infantil parece estar relacionado, também, à falhas na aplicação dos dispositivos legais e a uma fiscalização inadequada. O pouco envolvimento da Promotoria Pública e do Judiciário também deve ser considerado. Casos recentes de operadores de direito que vem agindo em discordância com ECA, Constituição Federal e convenções da OIT reforçam a tese de que há uma percepção equivocada, incompleta e desatualizada por parte deles.

## 1.2 – Estratégias do Programa

A estratégia desse programa de ação pode ser agrupada em 2 categorias principais: aprimoramento e avaliação de informações sobre o trabalho infantil e melhor aplicação da legislação brasileira vigente.

Uma das estratégias desse programa de ação será ajudar a construir um sistema de difusão de informações sobre o trabalho infantil no Brasil de maneira que se tenha uma difusão sistemática, organizada e centralizada de estudos e boas práticas sobre o trabalho infantil. Isso se dará primordialmente através da utilização do Portal do Trabalho Infantil, que é uma das ações previstas no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e que está sob responsabilidade da OIT e do FNPETI. Esse portal foi lançado recentemente e a estratégia é mantê-lo atualizado com dados e pesquisas assim como boas práticas sucedidas na área de prevenção e erradicação do trabalho infantil. O intuito é que seja uma fonte de informação para todas as instituições que lidam com a temática.

Ainda no âmbito do aprimoramento e avaliação de informações sobre o trabalho infantil, um estudo para avaliar os possíveis efeitos no combate ao trabalho infantil da integração dos programas do Governo Federal – PETI e Bolsa Família – será elaborado uma vez que se há ainda inúmeras indefinições acerca dos possíveis resultados dessa integração. Além disso, também ocorrerá uma avaliação do cumprimento das ações, responsáveis, prazos e produtos estabelecidos no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Os resultados dessa avaliação serão apresentados em uma audiência pública a ser coordenada juntamente com a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança.

Em relação à aplicação da legislação brasileira, já é sabido que essa é eficaz, uma vez que essa defende de forma vigorosa os direitos das crianças e dos adolescentes. Porém, ocorreram recentemente casos de operadores de direito que agiram em discordância com ECA, Constituição Federal e convenções da OIT, o que reforça a tese de que há uma percepção equivocada, incompleta e desatualizada por parte deles. Assim, será elaborado um manual de sensibilização para os operadores de direito e outros atores da rede de combate ao trabalho infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Esse manual será elaborado durante um encontro de operadores de direito e servirá de piloto para ser aplicado em futuros encontros e sensibilizações de operadores de direito. Além disso, para validar essa metodologia de sensibilização, se realizará uma pesquisa de opinião do tipo KAB (conhecimento, atitude e comportamento) antes e após o encontro de operadores de direito para avaliar a eficácia da metodologia aplicada.

## 1.3 – Sustentabilidade

A sustentabilidade dos resultados das ações deste PA se centram em 3 eixos:

### 1.3.1 Avaliação das políticas públicas e seus programas.

O movimento social e de participação cidadã em torno da criança e do adolescente, tem se fortalecido como elemento catalizador para o início de políticas públicas no tema, no entanto ainda necessita de fortalecimento no que se refere às estratégias de monitoramento e avaliação. É neste sentido que este eixo busca a sustentabilidade em três direções: a) fortalecendo a capacidade da sociedade civil de controle social e de seu conhecimento sobre as dinâmicas das políticas públicas, dando-lhe – por meio das avaliações – conhecimento de causa para o *advocacy*; b) possibilitando ao poder público a análise de suas ações, identificando os acertos e desacertos de suas estratégias e a possibilidade de reconduzir ou fortalecer, de acordo ao caso, a acertividade, eficiência e eficácia de seus programas sociais e; c) favorecendo o debate democrático entre os poderes públicos e, entre estes e os constituintes da OIT no Parlamento Brasileiro como estratégia de controle político intersetorial para manter a prioridade do tema do trabalho infantil na pauta da política nacional.



### 1.3.2 Democratização da informação gerada pela rede de enfrentamento ao trabalho infantil.

A participação social na geração de conhecimento sobre a temática do trabalho infantil, tem gerado uma frutífera e especializada literatura, hoje de acesso restrito, e com limitações, à rede de enfrentamento do trabalho infantil. Com este eixo se pretende a sustentabilidade por meio da democratização da informação na web, uma vez que as atuais fontes de informação capacitadas pela ANDI e pela Rede ANDI no âmbito de seus programas de ações de comunicação com a OIT, se tornaram insuficientes à atual demanda por informações que subsidiem a ampliação e o aprofundamento do debate nacional e acadêmico. Neste mesmo sentido, a parceria com o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBCTI, para a hospedagem do futuro centro de referencial de documentos sobre trabalho infantil garante a permanência desta democratização, considerando ser este instituto o ente responsável pela manutenção da informação e do acervo informativo do país.

### 1.3.3 Sensibilização e formação dos operadores do direito.

Dentro do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, os operadores do direito se constituem na última instância da garantia ou da restituição dos direitos dos trabalhadores precoces e é neste terceiro eixo que esta proposta complementa as estratégias de sustentabilidade de seus resultados. Devido à autonomia de jurisdição na interpretação da normativa em sua aplicação, se faz necessário fortalecer a unificação dos critérios destes atores institucionais sobre a temática no marco da implementação das Convenções Nº. 138 e Nº. 182 da OIT. Neste sentido, a elaboração de um manual que possibilite aos operadores do direito um guia de formação de seus novos integrantes se constitui numa estratégia de sustentabilidade para que os avanços obtidos pela rede organizada ao redor do Fórum Nacional possam se institucionalizar por meio de decisões judiciais e administrativas em direção de uma política de estado.

Por outro lado, as parcerias negociadas para a implementação deste PA junto às associações de classe deste setor como a ANAMATRA e a ANPT se constituem na garantia de difusão nos demais estados, devido à forte presença e autoridade que as mesmas exercem nestes estados e municípios brasileiros.

## 2 BENEFICIÁRIOS

### 2.1 – Destinatários Diretos

- Operadores do Direito (Juizes, Promotores, Procuradores);
- Entidades que compõem o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e que compõem os 27 Foruns Estaduais.
- Gestores do Ministério do Desenvolvimento Social.
- Entidades que compõem a CONAETI.
- Conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e dos Conselhos Estaduais

### 2.2 – Beneficiários Indiretos

Crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas nas Piores Formas de Trabalho Infantil.

## 3 MARCO INSTITUCIONAL

### 3.1 – Agência Executora

Nome da Organização Executora: **Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - INPETI**

CNPJ: 05.949.127/0001-75

Ano de fundação: 2003

Endereço: SDS Bloco P nº 36 sala 410 Parte A – Asa Sul

Município: **Brasília** - Estado: **DF** –

Telefone: (61) – 3429-3880 - Fax: (61) – 3429-3172

Nome do representante legal: **Verônica Maria da Silva Gomes**

Cargo: **Presidente**

O Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (INPETI) foi constituído em 2003, sob a forma de associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade específica de apoiar técnica e financeiramente o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). O INPETI nasce, portanto, como uma instância de fortalecimento do FNPETI e responsável pelo desafio de manter em atividade, um dos mais representativos espaços de articulação e mobilização, de âmbito nacional, da América Latina – o FNPETI. Nesta perspectiva, o INPETI se propõe a viabilizar, apoiar e implementar ações que promovam a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao adolescente trabalhador.

O Estatuto Social do INPETI foi aprovado pelos associados fundadores em Assembléia Geral realizada em 08 de julho de 2003 e desde setembro/2005 conta com uma nova Diretoria para cumprir um mandato de 02 anos (gestão 2005/2007).

Importante destacar que a atuação do INPETI encontra-se pautada no Plano de Ação aprovado pelos integrantes do FNPETI, e estatutariamente todo o seu patrimônio e receitas destinam-se, prioritariamente, a manter o Fórum.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, desde sua instalação em novembro de 1994, vem desempenhando um papel estratégico no campo da mobilização de agentes públicos e atores sociais diretamente envolvidos com políticas e programas de combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador, funcionando como um espaço privilegiado de articulação nesta área, com amplo reconhecimento em diferentes níveis.

Ao longo dos seus dez anos de atuação, merece destaque a elaboração e implantação do Programa de Ações Integradas – PAI, em 1995, nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, que resultou na primeira experiência de retirada de crianças do trabalho em situações de risco e/ou de formas intoleráveis. Essa metodologia pela sua relevância foi também implantada na região sisaleira da Bahia e nos canaviais de Pernambuco e do Rio de Janeiro, além de outras áreas.

Esta corajosa atuação do Fórum Nacional desencadeou uma série de outras importantes iniciativas que contribuíram decisivamente para que o Governo Federal, em julho de 1996, institucionalizasse o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Outras iniciativas do Fórum Nacional que o legitimam como referência e instrumento de articulação e mobilização das entidades governamentais e não-governamentais no enfrentamento da questão do trabalho infantil e da proteção ao trabalho do adolescente são:

- a articulação do movimento que resultou na ratificação pelo Brasil das Convenções 182 e 138, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que tratam das piores formas de trabalho infantil e da idade mínima de ingresso no trabalho, respectivamente;



- a defesa da idade mínima de 16 anos para ingresso no mercado de trabalho e a gestão junto ao Ministério do Trabalho e Emprego que resultou na criação e instalação, em 2002, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, da qual o Fórum Nacional participa como membro titular;
- a Coordenação do processo de construção coletiva dos seis eixos contidos no documento "Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil", amplamente discutidos pelos Fóruns Estaduais, em encontros regionais, consolidados no Seminário Nacional e aprovados na íntegra pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- apoio à criação dos Fóruns Estaduais, bem como, a consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, coordenada pelo Fórum Nacional e constituída por 26 Fóruns Estaduais, pelo Fórum do Distrito Federal e pelas 52 entidades- membro ( representativas do governo, dos trabalhadores, dos empregadores, dos operadores do direito, das ONGs e de organismos internacionais).
- A realização da Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, em parceria com os 26 fóruns estaduais e o fórum do Distrito Federal. Essa experiência inédita e inovadora marcou as comemorações dos 10 anos de atuação do Fórum Nacional, em 2004. Vinte e três mil crianças e adolescentes ex-trabalhadores infantis e alunos e alunas de escolas públicas, de todas as unidades da Federação participaram das mobilizações. Grupos de crianças e adolescentes, representantes deste universo foram recebidos em audiência pelos governadores e pelo Presidente da República e obtiveram das autoridades a assinatura de um Termo de Compromisso pela Erradicação do Trabalho Infantil.
- Para dar suporte político-institucional ao FNPETI, como também para operacionalizar as decisões aprovadas pelas plenárias e pela Coordenação Colegiada do FNPETI, o Instituto - INPETI se responsabiliza pela contratação de uma Secretária Executiva - profissional com experiência e conhecimento na área dos direitos da criança e do adolescente - e de uma Assistente Administrativa, de nível médio. A Secretaria Executiva funciona em espaço cedido pelo Ministério da Justiça.



### 3.2 – Parcerias estratégias para a realização do PA

**UNICEF** – vem apoiando técnica e financeiramente a implementação das ações do FNPETI e pagamento de pessoal, desde a sua instituição, em novembro de 1994 até o presente. Esse apoio tem sido decisivo para garantir a sustentabilidade da Secretaria Executiva do Fórum Nacional e a realização das plenárias ordinárias, das reuniões da Coordenação Colegiada, de seminários, de estudos e pesquisas, de apoio aos fóruns estaduais, de articulação e mobilização da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e da sociedade brasileira no enfrentamento do TI.

**SEDH** – apoio técnico e financeiro às ações através de Convênios. Em 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos apoiou a realização do Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes com o Presidente da República que marcou o encerramento da Caravana Nacional, em Brasília, no período de 12 a 14 de dezembro de 2004.

Em 2006, o Fórum Nacional em parceria com a produtora Maurício de Sousa e o apoio da SEDH produziu uma revista em quadrinhos sobre o trabalho infantil – “Toda criança quer ser criança”. O lançamento da revista, em Brasília, no dia 6 de junho marcou o início das manifestações do dia mundial de combate ao trabalho infantil no Brasil.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** – apoio logístico (luz, telefones, fax, fotocópia, rede de Internet e espaço físico para instalação da Secretaria Executiva) incluindo manutenção de equipamentos e material de consumo desde 2000.

**FRENTE PARLAMENTAR PELOS DIREITOS DA CRIANÇA** – será parceira do FNPETI na execução do projeto, mobilizando deputados e senadores para a realização conjunta da audiência pública.

**ANPT** – integrante do FNPETI, apoiará a realização do Encontro dos Operadores do Direito da região Sul.

**ANAMATRA** – integrante do FNPETI, apoiará a realização do Encontro dos Operadores do Direito da região Sul.

**Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Santa Catarina** - dará apoio logístico e será parceiro na coordenação do Encontro dos Operadores do Direito da região Sul.

## 4 Objetivos

### 4.1 – Objetivo Geral

Contribuir para prevenção e erradicação das piores formas de trabalho infantil

### 4.2 – Objetivos Imediatos

- Ao final do Programa de Ação, informações sobre o Trabalho Infantil terão sido incrementadas e avaliadas.
- Ao final do Programa de Ação, operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil estarão melhores preparados na aplicação da legislação.

## 5 PRINCIPAIS RESULTADOS E ATIVIDADES

### 5.1 – Resultados

### 5.2 – Atividades

OBJETIVOS IMEDIATOS	RESULTADOS	ATIVIDADES
1. Ao final do Programa de Ação, informações sobre o Trabalho Infantil terão sido incrementadas e avaliadas.	1.1 - Dados, pesquisas e boas práticas sobre Trabalho Infantil disseminados	1.1.1 Disponibilizar dados, pesquisas e boas práticas sobre Trabalho Infantil no Portal do Trabalho Infantil.  1.1.2 Manter o Portal do Trabalho Infantil atualizado
	1.2 - Efeitos da integração dos programas PETI e Bolsa Família no combate ao Trabalho Infantil avaliados.	1.2.1 Elaborar estudo para avaliar os efeitos no combate ao Trabalho Infantil da integração dos programas do Governo Federal – PETI e Bolsa Família.  1.2.2 Publicar estudo e apresentar em uma das reuniões ordinárias do FNPETI.
	1.3 - Ações, responsáveis, prazos e produtos do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente discutidos e avaliados	1.3.1 Analisar e avaliar o cumprimento das ações, responsáveis, prazos e produtos estabelecidos no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.  1.3.2 Coordenar com a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança a realização de audiência pública para apresentação dos resultados da avaliação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.
2. Ao final do Programa de Ação, operadores de direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil estarão melhores preparados na aplicação da legislação.	2.1 Metodologia para sensibilização e formação dos operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil desenvolvida.	2.1.1 Elaborar um Manual de sensibilização dos operadores do direito e outros atores da rede de combate ao trabalho infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil.  2.1.2 Estabelecer parceria com o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil do Estado de Santa Catarina, ABMP, AJUFE, ANAMATRA, ANPT, OIT, MPT, OAB, INICEF, PARTNERS para realizar o encontro de sensibilização de operadores do direito sobre trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente.
	2.2 Metodologia para sensibilização e formação dos operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil validada.	2.2.1 Realizar o Encontro Regional de sensibilização dos operadores do direito da região sul do Brasil.  2.2.2 Realizar pesquisa KAB antes e depois da sensibilização.  2.2.3 Elaborar o relatório de validação da metodologia



## 6 INDICADORES

### Objetivo 1

- Número de audiência pública.
- Número de estudo sobre avaliação dos efeitos no combate ao Trabalho Infantil da integração dos programas do Governo Federal – PETI e Bolsa Família.
- Número de Boas Práticas disseminadas.

### Objetivo 2

- Número de encontro de sensibilização dos Operadores do Direito da região Sul do Brasil realizado.
- Número de manual de sensibilização dos operadores do direito e outros atores da rede de combate ao trabalho infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil elaborado.

## 7 PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento do Programa de Ação contemplará um processo avaliativo onde será realizada a análise diagnóstica e a análise de resultado, enquanto que o monitoramento do Programa será desenvolvido, de forma paulatina, ao longo do processo de implantação e desenvolvimento do Programa de Ação. O objetivo desta atividade do planejamento concorrerá para o cumprimento dos objetivos do programa, o mais próximo possível da definição original, quanto aos prazos, custos e metas, permitindo a verificação da fidelidade aos objetivos propostos.

## 8 INSUMOS

### 8.1 – Insumos do IPEC

R\$ 79,876.00 (Setenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais)

PROGRAMA DE AÇÃO - INPETI					
		TOTAL	IPEC	INPETI	LO
Obj.	1. Ao final do Programa de Ação, informações sobre o Trabalho Infantil terão sido incrementadas e avaliadas.				
Res.	1.1 : Dados, pesquisas e boas práticas sobre Trabalho Infantil disseminados.				
Ativ.	1.1.1. Disponibilizar dados, pesquisas e boas práticas sobre Trabalho Infantil no Portal do Trabalho Infantil. 1 consultor – (R\$ 1200,00 x 3 meses = R\$ 3.600,00)		R\$ 3,600		
Ativ.	1.1.2 Manter o Portal do Trabalho Infantil atualizado. Custo já contemplado na atividade 1.1.1				
Sub total Resultado 1.1		R\$ 3.600	R\$ 3.600		
Res.	1.2: Efeitos da integração dos programas PETI e Bolsa Família no combate ao Trabalho Infantil avaliados.				
Ativ.	1.2.1 Elaborar estudo para avaliar os efeitos no combate ao Trabalho Infantil da integração dos programas do Governo Federal – PETI e Bolsa Família. 1 Consultor –		R\$ 6,000		
Ativ.	1.2.2 Publicar estudo e apresentar em uma das reuniões ordinárias do FNPETI. Publicação – 300 cópias		R\$ 3,500		
Sub total Resultado 1.2		R\$ 9.500	R\$ 9.500		
Res.	1.3 : Ações, responsáveis, prazos e produtos do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente discutidos e avaliados.				
Ativ.	1.3.1 Analisar e avaliar o cumprimento das ações, responsáveis, prazos e produtos estabelecidos no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.		R\$ 6,000		

	1 Consultor –				
Ativ.	1.3.2 Coordenar com a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança a realização de audiência pública para apresentação dos resultados da avaliação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.				
Sub total Resultado 1.3		R\$ 6.000	R\$ 6.000		
Subtotal Objetivo 1		R\$ 19.100	R\$ 19.100		
Obj.	2. Ao final do Programa de Ação, operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil estarão melhores preparados na aplicação da legislação.				
Res.	2.1 Metodologia para sensibilização e formação dos operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil desenvolvida.				
Ativ.	2.1.1 Elaborar um Manual de sensibilização dos operadores do direito e outros atores da rede de combate ao trabalho infantil sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. 1 Consultor/Sistematizador –		R\$ 8.000		
Ativ.	2.1.2 Estabelecer parceria com o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil do Estado de Santa Catarina; ABMP, AJUFE, ANAMATRA, ANPT, OIT, MPT, OAB, UNICEF, PARTNERS para realizar o encontro de sensibilização de operadores do direito sobre trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente.				
Subtotal Resultado 2.1		R\$ 8.000	R\$ 8.000		
Res.	2.2 Metodologia para sensibilização e formação dos operadores do direito e outros atores sociais da rede de combate ao Trabalho Infantil validada.				
Ativ.	2.2.1 Realizar o Encontro Regional de sensibilização dos operadores do direito da região sul do Brasil. Passagens – (1.560,00 x 7 =) 10.920,00 Diárias palestrantes - (190,00 x 05 x 2 dias) = 1.900,00 Diárias organização - (190,00 x 02 x 4 dias) = 1.520,00 Coffee-break (10,00 x 02 dias x 100,00 = 2.000,00) Traslado p/ 10 pessoas (80,00 x 02 dias x 4 viagens) = 640,00 Aluguel de sala (650,00 x 02 dias = 1.300,00) Aluguel de equipamento – computadores, impressora, som, internet - (760,00 x 02 dias = 1.520,00)	R\$ 19.800	R\$ 19.800		
Ativ.	2.2.2 Realizar pesquisa KAB antes e depois da sensibilização.				
Ativ.	2.2.3 Elaborar o relatório de validação da metodologia. Custo já contemplado na atividade 2.1.1				
Subtotal Resultado 2.2		R\$ 19.800	R\$ 19.800		
Subtotal Objetivo 2		R\$ 27.800	R\$ 27.800		
SUBTOTAL ATIVIDADES		R\$ 46.900	R\$ 46.900		
Custos Fixos					
Pessoal	Coordenador – 20 horas (R\$ 7.450 x 3 = R\$ 22.350) Assistente – 20 horas (R\$ 3.312 x 3 = R\$ 9.936)	R\$ 64.572	R\$ 22.350 R\$ 9.936	R\$ 32.286	
Miscelâneas		R\$ 1.800	-	R\$ 1.800	
Gastos Bancários	Taxas (30,00 x 6 + 0,11 x 6 + outros 205,81 = 386,47) CPMF (79.876 x 0,36% = 303,53)	R\$ 690	R\$ 690		
Subtotal Custos Fixos		R\$ 67.062	R\$ 32.976	R\$ 34.086	
Total Geral R\$		R\$ 113.962	R\$ 79.876	R\$ 34.086	
Total USD Taxa USD 1,90		US\$59.980	US\$ 42.040	US\$ 17.940	